



## **CONCURSO PÚBLICO**

### **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS"**

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

Documento composto por 14 Páginas, numeradas de 1 a 14.

Câmara Municipal de Boticas, 03 de Julho de 2018

O Vice - Presidente da Câmara



(António Guilherme Pires)

**Cláusula 1.ª | Objeto do concurso**

1. O objeto do concurso consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do competente caderno de encargos, na contratação da aquisição de serviços na área de seguros.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os contratos públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de Novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação: 66510000-8: Serviço de Seguros.
3. O concurso referido no número anterior, aberto ao abrigo na alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, inclui os seguintes seguros:

Seguro de Acidentes de Trabalho;

Seguro de Acidentes de Trabalho – Sapadores Florestais;

Seguro Frota Automóvel;

Seguro de Responsabilidade Civil - Parques Infantis;

Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias

Seguro Multirriscos Patrimoniais;

Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros.

**Cláusula 2.ª | Entidade pública contratante**

1. A entidade pública contratante é o Município de Boticas, sito na Praça do Município – 5460-304 Boticas, com os números de telefone 276410200, endereço eletrónico [municipio@cm-boticas.pt](mailto:municipio@cm-boticas.pt) e plataforma eletrónica de contratação pública com endereço [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt).
2. Para efeitos do presente procedimento, todas as comunicações e pedidos dirigidos ao Município de Boticas ou ao Júri do Procedimento deverão ser submetidos através da plataforma eletrónica de contratação pública com endereço [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt).

**Cláusula 3.ª | Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar será tomada por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto Preambular.

**Cláusula 4.ª | Consulta das peças do concurso**

1. O programa de concurso e o caderno de encargos encontram-se disponíveis na morada indicada na cláusula 2.ª deste programa do concurso, onde poderão ser consultados, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
2. As peças do concurso também se encontram disponibilizadas na plataforma eletrónica VORTAL, com o endereço [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt).
3. Constitui responsabilidade dos interessados a conferência dos documentos adquiridos nos termos dos números anteriores.

**Cláusula 5.ª | Órgão competente para prestar esclarecimentos**

O Júri do Procedimento é o órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento. Sempre que se verifique a necessidade de, nos termos legais, prorrogar os prazos previstos, essa competência é do Presidente da Câmara Municipal.

**Cláusula 6.ª | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

4. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo Júri.
5. Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação da lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento devem ser solicitados e apresentada durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, por escrito, através da plataforma eletrónica [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt).
6. As respostas aos esclarecimentos e aos erros e omissões das peças do procedimento referidos no número anterior são prestados pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.
7. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

**Cláusula 7.ª | Concorrentes**

- 1 - Podem apresentar propostas ao presente Concurso as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.
- 2 - é permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.

**Cláusula 8.ª | Proposta**

Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

1. Para efeitos de apresentação da proposta de prestação de serviços de seguros, os concorrentes deveram considerar os seguintes seguros:

Seguro de Acidentes de Trabalho;  
Seguro de Acidentes de Trabalho – Sapadores Florestais;  
Seguro Frota Automóvel;  
Seguro de Responsabilidade Civil - Parques Infantis;  
Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias  
Seguro Multirriscos Patrimoniais;  
Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros.

2. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta são suportados integralmente pelos concorrentes.
3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal, se aplicável este imposto. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 2 casas decimais.
5. A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt) contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. No caso de o concorrente ser um agrupamento de Seguradoras, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

7. Constituem termos e condições, a que obrigatoriamente se vinculam os concorrentes, todas as condições técnicas constantes do caderno de encargos.
8. Serão excluídas as propostas que apresentem serviços que não obedeçam a todas as características técnicas exigidas.
9. Os concorrentes são obrigados a apresentar proposta para a totalidade das apólices/seguros, sob pena de exclusão, caso não o façam.

**Cláusula 9.ª | Documentos que acompanham a proposta**

- 1.** A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:
  - a. Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e que constitui o **Anexo I** ao presente programa do concurso e que deverá estar de acordo com os n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo;
  - b. A proposta apresentada pelo concorrente tem de obedecer a todas as características técnicas exigidas, nomeadamente as referidas nas condições técnicas do caderno de encargos, sob pena de exclusão.
  - c. Proposta de preço contratual, utilizando o modelo do **Anexo III** a este programa do Procedimento.
  - d. Proposta detalhada do valor dos prémios de seguro âmbito de coberturas, de acordo com o Programa de Seguros do caderno de encargos, indicando todos os encargos fiscais e/ou taxas a que os mesmos estejam sujeitos, bem como o custo de emissão de apólice.
  - e. Cópia da certidão permanente atualizada ou documento equivalente;
  - f. Outros elementos que considerem relevantes e necessários à execução do objeto do concurso não previstos em caderno de encargos e não contrários ou desconformes com este.
- 2.** No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas a) e e) no número 1 desta Cláusula. No documento referido na alínea d) deve cada elemento do agrupamento e independentemente da sua responsabilidade solidária, identificar claramente a parte ou partes das coberturas pelas quais será diretamente responsável.
- 3.** No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.
- 4.** Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura digital qualificada.
- 5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter na

plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

6. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa.

7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

#### **Cláusula 10.ª | Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente na PECP VORTALnext acessível no site <http://www.vortalgov.pt>, disponibilizada pela empresa VORTAL — Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.

2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. Para efeitos da assinatura eletrónica, os concorrentes devem utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

5. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **Cláusula 11.ª | Requisitos para os ficheiros das propostas**

Outros documentos para além dos exigidos no n.º 1 da Cláusula 9.ª deverão ser apresentados em ficheiro distinto.

#### **Cláusula 12.ª | Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 13.ª | Negociação das propostas**

As propostas não serão objeto de negociação.

**Cláusula 14.<sup>a</sup> | Prazo para apresentação das propostas**

- 1.** As propostas serão apresentadas na plataforma eletrónica [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt), até às 17 h 30 m, do 6.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.
- 2.** As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
- 3.** Os concorrentes deverão prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

**Cláusula 15.<sup>a</sup> | Retirada da proposta**

- 1.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las.
- 2.** O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

**Cláusula 16.<sup>a</sup> | Prazo de manutenção das propostas**

O prazo obrigatório para a manutenção das propostas é de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.

**Cláusula 17.<sup>a</sup> | Critério de adjudicação**

- 1.** O critério de adjudicação consiste na **avaliação do preço ou custo** enquanto único aspeto da execução contrato a celebrar, de acordo com o definido na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP.
- 2.** Em caso de igualdade de preço entre propostas, o desempate será efetuado através de sorteio.

**Cláusula 18.<sup>a</sup> | Valor do contrato – Preço base**

- 1.** O valor atribuído ao contrato é de 43.950,00 €, isento de IVA. Este valor corresponde ao preço base do concurso.

Cláusula 19.<sup>a</sup> | **Documentos de habilitação**

**1.** O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Autorização de consulta da situação tributária, concedida no sítio da internet [www.e-financas.gov.pt](http://www.e-financas.gov.pt);
- b) Autorização de consulta da situação contributiva perante a segurança social, concedida no sítio da internet [www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta](http://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta);
- c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

**2.** O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes documentos:

- a) **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **anexo II** do presente programa de concurso (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);
- b) Cartão de Cidadão ou Número de Contribuinte e Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.
- c) Documento emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal, comprovativo da autorização administrativa para o exercício da atividade seguradora nos ramos de seguros a concurso e para os quais apresenta proposta.

**3.** Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 3 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

**4.** Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.

**3.** Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

**4.** Os documentos referidos nos números anteriores devem ser contemporâneos ao concurso, não podendo ser emitidos com data superior a 30 dias, com referência à data de apresentação da proposta.

**5.** Todos os documentos de habilitação referidos na presente Cláusula, devem ser apresentados através da plataforma eletrónica [www.vortalbiz.pt](http://www.vortalbiz.pt).



**Cláusula 20.<sup>a</sup> | Caução**

Não haverá lugar à prestação de caução. No entanto e atendendo ao nº3, do art.º 88.º do CCP pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 21.<sup>a</sup> | Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º do CCP;
- b) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

**Cláusula 22.<sup>a</sup> | Aceitação da minuta do contrato**

- 1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário após a apresentação da caução, quando devida, nos termos do n.º1 do artigo 98.º do CCP.
- 2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

**Cláusula 23.<sup>a</sup> | Reclamação contra a minuta**

- 1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
- 2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

**Cláusula 24.<sup>a</sup> | Celebração do contrato escrito**

- 1. A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias úteis subsequentes à data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
- 2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

**Cláusula 25.<sup>a</sup> | Recurso a ajuste direto**

O Município poderá, no futuro e por ajuste direto, nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, celebrar ao abrigo do contrato resultante do presente procedimento e durante a sua vigência, outros contratos de seguro que venham a revelar-se necessários no âmbito e responsabilidades previstas no Programa de Seguros constante do Caderno de Encargos, designadamente, pela inclusão de outros bens e/ou viaturas que venha a adquirir, sob qualquer modalidade.

**Cláusula 26.ª | Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

## **ANEXO I**

### **Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 57.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga - se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## **ANEXO II**

### **Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO III

## PROPOSTA DE PREÇO CONTRATUAL

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público ..... (designação do procedimento), a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, para o efeito e nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, pelo preço total de Euros \_\_\_\_\_, de acordo com a proposta de preços detalhados apresentada.

O valor acima indicado é decomposto da seguinte forma:

<b><u>Descrição</u></b>	<b><u>Premio Total</u></b>
Seguro de Acidentes de Trabalho	
Seguro de Acidentes de Trabalho – Sapadores Florestais	
Seguro Frota Automóvel	
Seguro Responsabilidade Civil – Parques Infantis	
Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias	
Seguro de Multiriscos Patrimoniais	
Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros	

O preço contratual proposto está isento do pagamento de Imposto Sobre o Valor Acrescentado, nos termos da legislação em vigor.

Mais declara que renuncia a qualquer foro especial, se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinatura